

## O conhecimento histórico no Ensino Médio: memória e reformas educacionais

Sandra Regina Mendes  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia;  
Universidade do Estado da Bahia, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: srmendes@uneb.br

1391

**Palavras-chave:** Conhecimento histórico. Memória. Políticas educacionais

### INTRODUÇÃO

Objetiva-se com a presente pesquisa<sup>1</sup> analisar a memória do debate político-acadêmico em torno das reflexões, contestações e proposições realizadas por historiadores/as frente às políticas educacionais, especialmente aquelas voltadas para a formação de estudantes de nível médio, desde o processo mais contundente de esvaziamento do conhecimento histórico nos currículos da escola básica feito pela reforma da década de 1970 (Lei 5.692/1971). A urgência da discussão decorre dos novos embates que estão postos diante da atual reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017), denominada oficialmente de Novo Ensino Médio (NEM).

Junto à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a mais recente reformulação do ensino médio instituiu uma mudança estrutural no currículo desta etapa da educação básica priorizando áreas de conhecimento e itinerários formativos em detrimento dos campos disciplinares sob a promessa que a flexibilização curricular e uma suposta interdisciplinaridade resolveriam os problemas que cercam a trajetória do nível médio no Brasil. Nessa nova organização foi estabelecida a valorização de alguns conhecimentos em prejuízo de outros, processo que deve ser analisado considerando o tipo de sociedade que se pretende formar com essas alterações e também discutindo como a priorização de determinados saberes interferirão na formação e na vida de estudantes.

<sup>1</sup> Refere-se a um recorte da tese em andamento no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

**Realização:**



**Apoio:**



Dentre as disciplinas que foram diretamente impactadas figura a História, incorporada na área de conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e ao itinerário formativo de mesmo nome. Como ocorrido na reforma da década de 1970 (Lei 5.692/1971), atualmente impõe-se aos/as historiadores/as constituir enfrentamentos político-acadêmicos para garantir a disciplina em sua historicidade no currículo escolar com perspectivas de uma formação ampla dos/as jovens.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa se fundamenta no campo de estudos da memória, em sua amplitude social, interpretando os dados à luz de uma perspectiva dialética da História para compreender a memória político-acadêmica que vem se constituindo a partir da produção intelectual de historiadores/as sobre os debates estabelecidos frente a duas reformas educacionais (Lei 5.692/1971 e 13.415/2017) que convergem em pressupostos autoritários e na fragmentação da formação intelectual e técnico-científica de estudantes, principalmente no nível médio.

A investigação foi verticalizada na produção intelectual, publicada em fóruns acadêmicos vinculados às associações representativas, como Associação Nacional de História (ANPUH) e a Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH), sendo esses: Simpósio Nacional de História, Perspectiva do Ensino de História, Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. Além dos três eventos duas revistas também fazem parte do *corpus documental*, ambas subsidiadas pela ANPUH, que são a Revista Brasileira de História (RBH), fundada em 1981 e a Revista História Hoje, lançada em 2003, que a partir de 2012 passou a ser um periódico dedicado exclusivamente a temática do ensino de História. O período analisado compreende desde a reforma da década de 1970 (Lei 5.692/1971) até a mais recente reformulação do ensino médio (Lei 13.415/2017). Essas reformas são instituídas sob discursos pautados numa promessa de suposta “melhoria da qualidade” da educação, demandando por isso estabelecer diálogos com Ricoeur (2006) no que se refere aos fundamentos da dialética “Memória e Promessa” e dos usos e abusos da memória.

### **Realização:**



### **Apoio:**



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Lei 13.415/2017 alterou o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que passa a se configurar, além de outras alterações, em uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dividida por áreas de conhecimento e pelos itinerários formativos visando a aplicação e o alinhamento da lógica das competências e habilidades. Com essas mudanças, consonantes com a conjuntura neoliberal e conservadora, a política curricular em questão, que perpassa por toda a educação básica e se consolida no ensino médio, fica vinculada a uma concepção pragmatista da educação na qual ocorre uma redução da formação ao conhecimento tácito e à prática, em seu caráter meramente instrumental (KUENZER, 2017). Com esse argumento, estabeleceu-se como obrigatório para os três anos do nível médio apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, ficando as demais, como a História, cotejadas em “estudos e práticas” (Lei 13.415/2017).

A promulgação da Lei 13.415/2017 e da BNCC do ensino médio apresenta novos desafios para o campo do ensino de História. Apesar de diferenciado do contexto das décadas de 1970-1980 é possível, na dialética presente e passado, mobilizando o campo de estudos da memória social, estabelecer aproximações entre o que foi determinado sobre o conhecimento histórico no nível médio na Lei 5.692/1971 e na lei atual. Na lógica educacional pragmática, as Ciências Humanas têm sido questionadas quanto a sua relevância para a formação de estudantes. Nesse processo, a História se encontra oficialmente fora do currículo do ensino médio. Na reforma instituída em 1971, a disciplina ficou dependente do curso profissional escolhido pelo/a estudante e no NEM passou a constar na formação básica compondo a área de Ciências Humanas Sociais Aplicadas e, caso seja a opção escolhida pelo/a estudante, figurando no itinerário de mesmo nome.

Nota-se que, apesar de ocorrerem mudanças na sociedade, existe uma memória social que a permeia a tal ponto que as discussões que cercam a definição, a finalidade e os conteúdos que compõem o currículo do ensino médio no Brasil ainda apresentam permanências. Significa dizer que há continuidade de um debate que vem ocorrendo desde a década de 1970 onde se observa, principalmente, dois aspectos. O primeiro é a insistência do Estado e dos grupos hegemônicos que operam a mobilização e usos da

**Realização:**



**Apoio:**



memória social, ideologicamente construída, em fazer proposições de reformas para o ensino médio que promovem o controle e a desigualdade na distribuição dos conteúdos necessários à formação dos jovens. Segundo, em contraposição a essas políticas educacionais, intelectuais ligados às pautas das camadas populares operam no campo das resistências, contrários à dualidade estrutural persistente na memória social. Mesmo diante de tantas lutas e de todo avanço teórico, chegam nos dias atuais, tendo que (re)fazer enfrentamentos políticos e epistêmicos para garantir o reconhecimento da legitimidade do seu trabalho e da ciência que produz. Questões cientificamente superadas voltam a emergir sob discursos de novos debates.

As reformas que pregam mudanças são, portanto, carregadas de permanências quando se referem ao controle e distribuição do conhecimento. Há uma insistência numa concepção de educação que toma como desnecessários no currículo componentes e conhecimentos, dentre os quais a História, que não tenham fins instrumentais. Baseando-se nesse pressuposto, a contrarreforma atual reificou a dualidade estrutural do ensino médio, consolidando a fragmentação do processo formativo ao mesmo tempo que restabeleceu a crença na profissionalização precoce como via de ascensão social e econômica dos jovens a partir de uma suposta flexibilização do conhecimento. A escolha de itinerários formativos, reabilitou a ideia de que a formação deve estar submetida aos interesses e demandas do mercado de trabalho, mesmo diante de tantos estudos com reconhecido mérito acadêmico que apontam para os prejuízos desse tipo de formação.

Por entender que existe uma memória social e coletiva (HALBWACHS, 2004; 2006) construída por grupos de educadores/as e historiadores/as acerca das lutas em favor da garantia do conhecimento pleno para a formação dos/as jovens, no qual a compreensão das relações historicamente construídas são fundamentais, reiteramos a relevância que essas memórias político-acadêmicas sejam recuperadas e analisadas com objetivo de subsidiar processos de resistências contra o avanço das políticas educacionais destituídas de compromissos sociais.

A partir da década de 1970, historiadores/as se organizaram para constituir contrapontos às reformas educacionais com objetivo de garantir a formação histórica de estudantes. Ao mobilizar a memória político-acadêmica desse debate buscamos colocar em evidência que a formação com vistas à emancipação humana é indissociável da

**Realização:**



**Apoio:**



elaboração de uma consciência social a partir de uma base histórica. Por isso, o conhecimento histórico é tão relevante no currículo, ao contrário da premissa existente na reforma atual do ensino médio que prevê a sua destituição e dispersão nos itinerários formativos. Contudo, os movimentos de resistências são marcados por descontinuidades, contradições e ausências, não incidindo de forma determinante nas políticas educacionais. Isto porque, desconsiderando o debate político-acadêmico e a produção científica desenvolvida por historiadores/as desde o final da década de 1970, no processo de luta contra os Estudos Sociais, atualmente está em vigência a Lei 13.415/2017.

1395

## CONCLUSÕES

O controle do conhecimento histórico não pode ser compreendido como aleatório, mas articulado às concepções de educação e projetos de sociedade que elaboradores/as das reformas vinculados aos grupos políticos e econômicos que representam possuem e que se mantém, em diferentes temporalidades, sustentadas por uma memória educacional constituída historicamente pela transposição da divisão social do trabalho do modo de produção capitalista para educação, onde o fazer e o pensar se dissociam. No entanto, em contraposição a essas políticas educacionais, são estabelecidas resistências, contrárias à dualidade estrutural persistente na memória social.

## REFERÊNCIAS

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Revista Educação e Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr.-jun., 2017.

RICOEUR, Paul. **Percurso do reconhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

Realização:



Apoio:

